

“DESTA ÁGUA NÃO BEBEREI E DESTE PÃO NÃO COMEREI”: NEGOCIAÇÕES DO COMER E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS RISCOS ALIMENTARES¹

Flavia Galindo

Doutora em Ciências Sociais; Pesquisadora do Grupo de Estudos do Consumo; Docente do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis (DCAC/ICSA/UFRRJ) e do Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia (MPGE/UFRRJ); E-mail: flaviagalindo@uol.com.br.

Fátima Portilho

Doutora em Ciências Sociais; Coordenadora do Grupo de Estudos do Consumo; Docente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ); E-mail: faportilho@yahoo.com.br

RESUMO

As sociedades lidam de formas diversas com os riscos alimentares, construindo coletivamente diferentes percepções sobre os mesmos. A partir do conceito de *Food Safety*, este diárias artigo discute representações sociais do risco alimentar construídas e negociadas nas rotinas. As análises advêm de dados coletados em uma pesquisa densa de Grupo Focal que contou com a participação de 86 informantes. Como resultado da pesquisa, foram encontradas quatro representações sociais que revelam as lógicas presentes na memória coletiva das famílias, alicerçando emoções e impulsionando as ações relativas ao comer: cidadania, desconfiança, medo e impureza. Estas quatro representações sociais espelham valores éticos, sociais e ambientais que modelam as preocupações e práticas alimentares.

Palavras-chave: Riscos Alimentares, Representações Sociais, Sociologia do consumo.

¹ Este artigo traz discussões elaboradas na tese de doutorado de Flávia Galindo, intitulada “*Comendo bem, que mal tem? Um estudo sobre as representações sociais dos riscos alimentares no pão nosso de cada dia*”, defendida em 27 de maio de 2014, no CPDA/UFRRJ, sob orientação de Fátima Portilho.

ABSTRACT

Negotiations of eating and social representations of food risks

Societies deal with food risks by diverse forms, building collectively different perceptions about them. From the concept of Food Safety, this article discusses social representations of food risks constructed and negotiated in daily routine. The analysis comes from data collected in a Focus Group's dense research, counting on the participation of 86 representatives of domestic unities. As research's results, there were found four social representations, which reveals the logics present in the collective memories of the families, basing emotions and driving actions relative to eat: citizenship, distrust, fear and impurity. These four social representations reflect ethical, social and environmental values that shape nourishment worries and practices.

Keywords: Food Risks, Social Representations, Sociology of Consumption.

Introdução

"Pela boca morre o peixe"

O axioma nº 1 da alimentação é o fato trivial de que todo ser humano come para viver. Todavia, para além deste fato biológico, comer é prática cultural e revela mais sobre o viver do que sobre a natureza dos produtos consumidos, pois, mais do que nutrir, o comer é parte de nossas relações sociais na forma de experiências compartilhadas (FISCHLER, 1979, 1990; DAMATTA, 1987; BOURDIEU, 1998, 2008; POULAIN, 2004; CANESQUI & GARCIA, 2005; PONS, 2005; BARBOSA, 2007, 2009; PORTILHO, 2008, 2009a, 2009b; GUIVANT ET AL, 2010; RIAL, 2010; MURCOTT, 2013).

As sociedades contemporâneas, apesar (e talvez por causa) de todos os avanços tecnológicos, ainda não foram capazes de se desvencilhar dos riscos

civis e sociais que provocam sensações individuais e coletivas de insegurança e desconfiança (DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982; GIDDENS, 1991; GUIVANT, 1998; CASTEL, 2005; BECK, 2010). Essa condição também se reflete no campo alimentar (KJÆRNES ET AL., 2007; HALKIER & HOLM, 2008; MALUF, 2009; POLLAN, 2009; ALAIN & GUIVANT, 2010; WINICOFF & BUSHEY, 2010; LEÃO & MALUF, 2012), fazendo com que as sociedades lidem de formas diversas com os riscos alimentares, construindo coletivamente diferentes percepções sobre os mesmos (DOUGLAS, 2010; POULAIN, 2004; FISCHLER, 1990). Os riscos alimentares se inserem em um vasto repertório de ansiedades humanas potencializadas por uma miríade de fontes de informações contraditórias sobre o comer disponíveis em arenas político-científicas. Trata-se de tema complexo que se intensifica frente às interseções entre riscos alimentares e valores ambientais, sociais, éticos e estéticos.

Este artigo apresenta e discute os resultados de uma pesquisa sobre representações sociais do risco alimentar, considerando tal risco um objeto de estudo que evoca os dilemas dos modos de vida contemporâneos, refletindo-se nas relações com o mercado e com as políticas públicas. Utilizando o conceito de *Food Safety*² como delimitação principal, o artigo discute as percepções de risco alimentar engendradas pelas famílias, riscos estes muitas vezes obliterados pelas rotinas que envolvem a alimentação. As percepções de risco alimentar emergem do senso comum de diversas formas, como algo imerso e por vezes oculto na avaliação subjetiva da qualidade do que se come, seja em casa, seja na rua (GALINDO, 2014). A noção de qualidade com relação ao que se come está imbricada na eficiência do sistema “da fazenda ao garfo”³, mas, muitas vezes, é medida pela tradição culinária e pelas preferências e percepções do consumidor. Embora a confiança seja

² Nas discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o conceito de *Food Safety* diz respeito às normas e regras que tentam impedir que um alimento cause dano ao consumidor e tem por objetivo banir os perigos resultantes de contaminação alimentar acidental, não voluntária.

³ Fazemos referência à expressão em inglês “*farm-to-table*” ou “*farm-to-fork*”, que se refere às etapas da cadeia de produção de alimentos, partindo da colheita e passando pelo armazenamento, processamento, embalagem e vendas, até chegar ao consumo. A expressão tem sido usada também para denominar a preferência pela produção e consumo de alimentos de origem local.

crucial no discurso político da modernidade, e certamente a linha mestra das dinâmicas contemporâneas do consumo alimentar (KJÆRNES ET AL., 2007; TRUNINGER, 2013), pesquisas recentes apontam que a confiança na alimentação não recai sobre um único ator, mas se constitui em um amálgama, elaborado de forma permanente, entre agentes do mercado, produtores, mídia, especialistas e autoridades públicas, dificultando a distinção de papéis e expectativas. A confiança, portanto, não é estática, mas afetada pelas ações de outros atores de forma permanente e condicional (KJÆRNES ET AL., 2007; TRUNINGER, 2013).

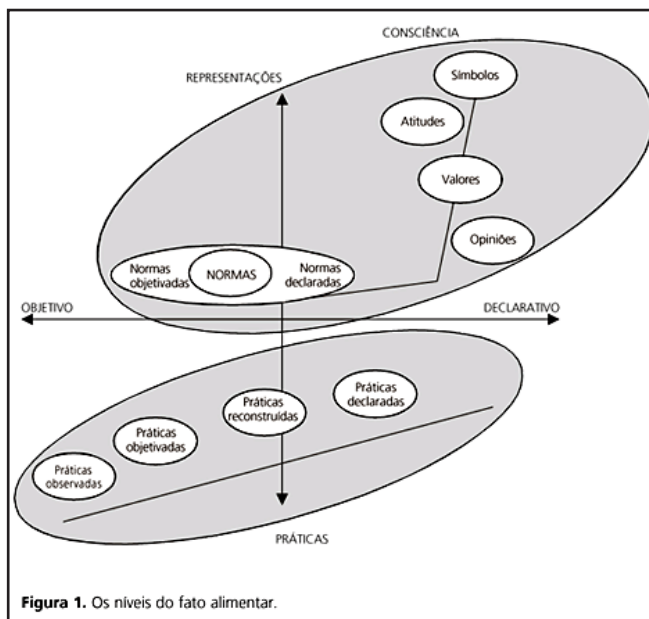
No caso de famílias urbanas, objeto desse estudo, é possível perceber a adoção, cada vez mais intensa, de alimentos industrializados, deixando a alimentação imbricada em um sistema de abastecimento que perpassa o *modus operandi* das organizações – compram, preparam, comem e descartam produtos adquiridos no mercado, sejam eles *in natura*, semi ou totalmente processados. Consequentemente, os consumidores enfrentam cada vez mais dilemas no consumo alimentar, que se associam e espelham os novos modos de vida, orientando a formação de novos mercados. Podemos citar, como exemplo, i) o “*junk food*”, uma comida considerada perigosa pela combinação de gordura, sal e açúcar, mas que foi capaz de fomentar a profusão de restaurantes *fast food*; ii) os alimentos geneticamente modificados, considerados perigosos pelas incertezas sobre as consequências de seu consumo, mas produzidos e comercializados em escala ampla, não sem contestações; iii) o aumento na demanda e oferta de alimentos orgânicos, presentes no imaginário de muitos consumidores como um alimento puro e ideal; e iv) o rápido crescimento na oferta de alimentos funcionais, que prometem benefícios extras e específicos para o corpo humano, não sem dúvidas sobre os reais benefícios. Infere-se que, na medida em que se multiplicam situações de risco alimentar, os indivíduos desejam mais segurança e saudabilidade.

Tais constatações estruturaram uma pesquisa densa de Grupo Focal com o objetivo de apurar as representações sociais dos riscos alimentares a partir do sistema alimentar culturalizado no Brasil e ordenado por um con-

junto de regras que colocam o consumo em relação de interdependência com a produção e toda a cadeia de suprimentos.

A alimentação pode ser pensada como um fato social total (MARTINS, 2006), por conjugar e amalgamar aspectos de natureza econômica, política, religiosa e cultural. A Figura 1 ajuda a compreender as possíveis leituras que os informantes fazem dos riscos alimentares que enfrentam em sua vida diária, considerando os extremos objetivo/declarativo dos fenômenos alimentares.

Figura 1 - Os níveis do fato alimentar



Fonte: Poulain & Proença (2003, pág. 268)

Assim, é possível encontrar, de um lado, “as práticas observadas, as práticas objetivadas pelos seus traços, as práticas reconstruídas com a ajuda de instrumentos de anamnese” (POULAIN & PROENÇA, 2003, pág. 367) e, por outro, as práticas declaradas. Seguindo as indicações dos autores, as práticas objetivadas devem ser o ponto de partida para a pesquisa, na qual se edifi-

cam camadas que se sobrepõem ao fato alimentar, mostrando o nível onde se processam as representações sociais (em uma escala que vai da norma consciente até as lógicas que articulam os simbolismos mais inconscientes do comedor).

2. A abordagem das Representações Sociais

“Fruto proibido é o mais apetecido”.

A abordagem das representações pode ser útil aos estudos do consumo alimentar, pois a leitura que os indivíduos fazem da realidade e o aprendizado que adquirem a partir dos usos que fazem do mundo estão interligados. Ordenamos o mundo impulsionados pela necessidade de conhecê-lo, posto que o mundo é o espaço que possibilita a realização dos modos de vida. Nossa necessidade e capacidade de dar sentido à vida são possíveis explicações para a variabilidade cultural que emerge dos diversos contextos sócio-estruturais. Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais (TRS) se apresenta como uma chave interpretativa que nos ajuda a compreender os riscos alimentares, pois oferece um alicerce teórico e científico para lidar com a diversidade e a transdisciplinaridade que os mesmos nos impõem. Articulada a partir do conceito de representação coletiva proposto por Émile Durkheim e Lucien Lévi-Bruhl e posteriormente desenvolvida por Serge Moscovici no campo da Psicologia Social, a TRS une e clarifica o pensamento social e a comunicação. Este conceito é importante nos estudos socioantropológicos pois, a partir dele, foi possível pensar cientificamente sobre a religião, a magia e o pensamento mítico (FARR, 1995). Além disso, a TRS nos ajuda a compreender a produção do conhecimento coletivo e, também, a esgrimir o poder das práticas sociais (OLIVEIRA, 2004), colocando mente e ação do senso comum em relação dialética e elucidando como se compartilham as impressões sobre a realidade coletiva que levam às mudanças na vida cotidiana. Na fronteira entre as ciências psicológicas e as ciências sociais (MOSCOVICI, 1995), podemos aceitar a definição de representações sociais como “estruturas simbólicas que se originam tanto na capacidade criativa do psiquismo humano como nas fronteiras que a vida social impõe” (GUARESCHI

& JOVCHELOVITCH, 1995, pág. 21). Os discursos, as narrativas e as conversações são elementos fundamentais para assinalar concretamente as representações e seus significados. As formas de pensar são sociais (MOSCOVICI, 1995) e a construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição como os afetos presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social. O modo de sua produção se encontra nos mercados, nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infundável de lugares sociais. É quando as pessoas se encontram para “falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações sociais são formadas” (GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 1995, pág. 20).

Na TRS, o repertório de experiências produz a memória individual e coletiva, recurso que nos permite criar conceitos que se reproduzem na comunidade e, portanto, são compartilhados com o mundo exterior, formulando presente e futuro por meio de nosso passado (MOSCOVICI, 2012).

3. Metodologia

Risco alimentar é uma categoria permeável por práticas individuais e coletivas, engendradas na cultura, especialmente em ambientes urbanos, onde o acesso ao alimento depende de uma longa cadeia de abastecimento levando a um distanciamento do sujeito urbano em relação à produção dos alimentos, mediada por intermediários. Este sujeito urbano será aqui considerado como um “consumidor puro”, termo que indica o afastamento do consumidor em relação aos processos de produção de alimentos (MENASCHE, 2004). Assim, é preciso ouvir consumidores sobre as lógicas de compra e consumo de alimentos e sobre as formas de proteção com relação aos riscos percebidos (LIEN, 2004; IBGE, 2011).

Nosso recorte teórico-metodológico entende família como “unidade de consumo” ou “unidade domiciliar” que usa o espaço doméstico para as

práticas relacionadas ao comer. O consumo alimentar é um processo que envolve a aquisição de itens alimentares (por meio da compra ou não), o armazenamento dos mesmos, diferentes formas de manipulação, uso, fruição e, finalmente, descarte. É no contexto familiar que se encontram os pilares de sobrevivência de cada indivíduo, as condições de reprodução social e, também, a forma como as famílias se organizam, interferindo mais ou menos nas preferências individuais e modelando o significado dos riscos alimentares e os sentimentos e práticas que estes acionam.

Há uma profusão de possibilidades metodológicas nos estudos do campo alimentar (POULAIN & PROENÇA, 2003). Entre as técnicas de coleta de dados, o Grupo Focal (GF) se mostrou a mais útil e viável, por compreender as opiniões dos informantes como “o pensamento de um indivíduo ou de um grupo sobre uma determinada prática. A opinião é a expressão verbal das atitudes ou dos valores” (POULAIN & PROENÇA, 2003, pág.371). Nos conjuntos de valores expressados verbalmente residem as representações sociais propriamente ditas, “positivas ou negativas, mais ou menos racionais, associadas a uma prática ou a um produto” (ibidem). Optamos por uma pesquisa de GF com foco interacional, permitindo-nos acessar dilemas, estratégias, pontos de vista, emoções e, principalmente, o repertório de significados e representações (GATTI, 2005) sobre os riscos. O objetivo da técnica interacional é “captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações” (GATTI, 2005, PÁG.9). Assim, buscamos capturar as diferenças e dimensões da percepção dos riscos presentes na alimentação humana.

Dessa forma, recrutamos⁴ indivíduos responsáveis pela compra (abastecimento doméstico) e alimentação, pessoal e/ou de sua família. Estratificamos nossos informantes a partir do ciclo de vida, segmentando-os por faixas etárias com especial atenção a 3 marcadores de vida – nupcialidade, ocupação e fecundidade – considerando a interferência dos mesmos nos modos e

⁴ Foi contratado um recrutador profissional para esse fim, com a missão de encontrar indivíduos de acordo com o perfil especificado, garantindo o número adequado de indivíduos em cada sessão.

estilos de vida que também se reproduzem no comer. Assim, dividimos os informantes em três grupos, de acordo com o ciclo de vida:

Adultos economicamente ativos (29 a 59 anos de idade). Consideramos que a vida adulta é caracterizada pelo trabalho, a nupcialidade e a fecundidade, fatores transformadores da vida social (IBGE, 2012).

Idosos (igual ou acima de 60 anos), aposentados ou não. Tal grupo tem ampla presença social, o que pode ser observado nas mudanças do perfil sociodemográfico brasileiro nas últimas décadas, fruto de maior longevidade.

Jovens até 28 anos que moram sozinhos. Consideramos o crescimento das famílias unipessoais, que hoje representam 11,5% da população brasileira, na qual este grupo tem forte presença.

A composição dos grupos contemplou o que a TRS defende, ou seja, que as representações sociais estão consubstanciadas e distribuídas a partir das experiências de vida, em significados simbólicos que se baseiam em conhecimento e afetividade, e que encontram seu alicerce na realidade social. Para além da relação em família, as representações sociais do risco alimentar são parte de um tecido que envolve as instituições, a mídia, a ciência, os movimentos sociais e toda sorte de espaços sociais compartilhados que constroem a herança histórica e cultural de nossa sociedade.

A pesquisa contou com participação total de 86 informantes, em nove sessões, realizadas em outubro de 2013. Seguindo o método, cada sessão teve entre 06 e 12 informantes, agrupados por faixa etária, de acordo com os 3 grupos informados acima, em sessões gravadas em áudio e vídeo, com a permissão dos informantes, que resultaram em 14 horas de gravação e 423 páginas transcritas⁵.

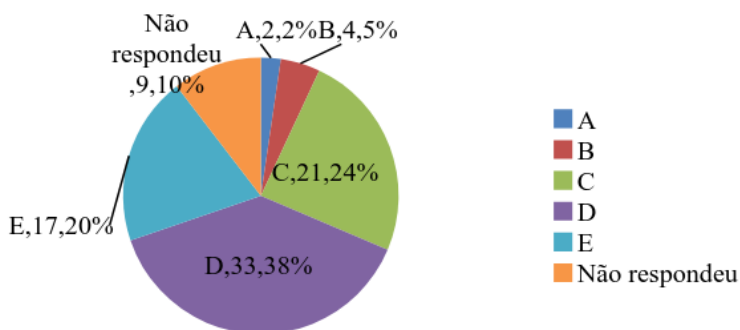
Os participantes foram orientados a não se dirigirem apenas ao moderador por não se tratar de uma entrevista coletiva, e sim um “bate-papo” com interação entre os mesmos. O roteiro, previamente testado, foi exaustivamente pensado para estimular a participação e acessar a memória e o

⁵ Para o registro dos dados, a pesquisa contou com dois alunos de graduação em Administração da UFRRJ, integrantes do Grupo de Estudos do Consumo, que, na condição de voluntários, colaboraram no manuseio dos equipamentos de áudio e vídeo para a captura do som e das imagens.

universo simbólico de nossos informantes, partindo da seguinte pergunta inicial: “você prefere comer na rua ou em casa? Por quê?”.

O Gráfico 1 classifica os informantes no que diz respeito às diferentes faixas de rendimentos da unidade domiciliar.

Gráfico 1 - Faixas de rendimentos dos informantes da pesquisa de Grupo Focal



Fonte: Elaboração própria a partir da tabulação dos dados dos informantes dos grupos focais

Os resultados da pesquisa indicaram quatro representações sociais que revelam os esquemas classificatórios dos consumidores, alicerçando emoções e impulsionando as ações relativas ao comer: cidadania, desconfiança, medo e impureza. Estas quatro representações espelham valores éticos, sociais e ambientais que modelam, de forma permanente, preocupações e negociações relacionadas às práticas alimentares *vis a vis* os modos de vida.

Representações Sociais do Risco Alimentar

“O que não mata engorda”

É no senso comum que se constroem as diversas maneiras de pensar, de saber e de se comunicar. Do senso comum germinam as crenças, os mitos, as competências e as experiências pessoais que orientam as práticas cotidianas da vida humana, sinalizando os perigos que devem ser afastados e o caminho seguro a ser trilhado (MARKOVA, 2005).

Em nossa interpretação dos dados coletados, os riscos na alimentação podem ser objetivados em quatro representações que incidem sobre os sistemas classificatórios dos consumidores, alicerçando emoções e impulsionando as ações relativas ao comer: cidadania, desconfiança, medo e impureza. Estas representações sociais objetivadas espelham valores éticos, sociais e ambientais que modelam as preocupações e negociam, de forma permanente, as práticas alimentares *vis a vis* os modos de vida. Estão no cerne das preocupações e experiências que envolvem os riscos alimentares e nos ajudam a explicar os variados fenômenos que envolvem situações particulares ou coletivas como crises e pânico alimentares. Além disso, as representações sociais do risco alimentar articulam e são articuladas pela expectativa de maior praticidade no desempenho das tarefas do lar, estimulada pelo ritmo de vida urbano. Neste contexto, casa e rua não são opostos, mas ambiências complementares e interdependentes, configurando-se em locais permeados por ambiguidades em relação aos riscos do comer e modificando os mercados de alimentos.

Vejamos, na Figura 2 e nos próximos itens, cada uma destas representações sociais sobre riscos alimentares e como se traduzem em repertórios coletivos.

Figura 2 - As Representações Sociais do Risco Alimentar



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa de Grupo Focal

Cidadania: a politização do comer provocada pelos riscos alimentares

Diversos autores têm reconhecido que o consumo vem se politizando ao longo das últimas décadas, trazendo para este campo valores cívicos e democráticos, como direitos, equidade, ética, sustentabilidade e responsabilidade social (BARBOSA ET AL., 2013). Essa tendência aumenta o sentido de moralidade e de pertencimento a comunidades através do consumo, em que se deve defender o mundo considerado ideal e se tornar responsável por ele (CANCLINI, 1996; HIRSCHMAN, 1983; TRENTMANN, 2006; PORTILHO, 2009).

Para a análise da representação social do risco alimentar como uma questão de cidadania, apoiamo-nos em Hirschman (1983) que situa o indivíduo em relação ao eixo público-privado e discute a alternância⁶ no comportamento das sociedades, que pendulariam entre “períodos de intensa preocupação com questões públicas e de quase total concentração no desenvolvimento e bem estar individuais” (HIRSCHMAN, 1983, pág.8). A corrente contínua de engajamentos e decepções dos indivíduos com estas duas esferas, pública e privada, resultaria no ciclo de comportamento privado-público-privado. Tal abordagem indica que a passagem de consumidor a cidadão pode ser consequência de sentimentos de decepção e frustração experimentados na esfera do consumo, levando a ações de “voz”, “saída” e “lealdade”, que se referem às três possíveis reações perante o risco alimentar.

O conhecimento reflexivo, a percepção e a experimentação, na vida cotidiana, de riscos alimentares levam à decepção dos consumidores com relação ao mercado e ao poder público, reforçando, por vezes, sentimentos e atitudes de cidadania que modelam suas demandas por respeito e direitos.

⁶ As décadas de 50 e 60, segundo Hirschman, foram marcadas por incertezas e crises que resultaram em uma guinada comportamental observável na década de 70, período em que os indivíduos se voltaram para questões de ordem particular. Independente de possíveis ciclos econômicos que poderiam marcar e justificar essas alternâncias, o que o autor discute são as influências e forças externas que atraem as pessoas, em alguns momentos, para participarem de ações públicas e, em outros, para concentrarem-se em seus interesses particulares, levando a “uma transformação nas preferências das grandes massas de indivíduos quando envolvidos por certo tempo na esfera particular ou pública” (HIRSCHMAN, 1983, pág.9).

Tais emoções e ações costumam vir à tona em momentos de crise alimentar ou pela constatação de novas possibilidades de perigos e podem ser observadas em relatos contundentes envolvendo ira, revolta e exigências, como no exemplo abaixo, citado por uma informante durante uma das sessões de Grupo Focal:

A gente já não paga barato, e é um produto que já não é saudável, porque é conservado, e ainda vem com bichinho dentro? Tá louco! Tem que pedir uma nota oficial de desculpa, tem que provar pro consumidor, de alguma maneira, que o produto foi, de alguma maneira, reformulado, eles têm que convencer (Adulta, M, S⁷).

A experimentação de emoções de ira e revolta com riscos alimentares, como no relato acima, pode levar à “saída” (HIRSCHMAN, 1970), ou seja, ao afastamento com relação a certos alimentos, marcas ou varejo/restaurante. Abandonar um partido político, deixar de frequentar uma igreja, trocar de marca e tantas outras decisões semelhantes retratam a “saída”, exercício de uma escolha cidadã. “Sair”, no entanto, pode traduzir muitos sentimentos, como não querer se aborrecer e até mesmo fugir de um problema. Além disso, nem todas as manifestações de revolta resultam, de fato, em abandono de consumo e, por vezes, parecem ser um simples desabafo, sem se traduzir em pressão por mudanças institucionais. E nisso consiste o conceito hirschmaniano de “voz”. Se na “saída”, o consumidor rompe com o fornecedor, na “voz”, o consumidor busca se manifestar como forma de participação social. Assim, a voz é uma espécie de expressão participativa associada aos grupos sociais que articulam estratégias de relacionamento e acreditam que a mudança é possível, nela apostando. Às vezes, se reúnem, negociam, debatem e se expressam coletivamente, exigindo direitos. A voz quer mobilizar as partes para que atendam aos interesses e direitos dos consumidores.

Hirschman (1970) sugere que, entre os muitos raciocínios feitos pelo

⁷ Nesta e nas demais citações, o primeiro termo denomina o grupo ao qual o informante fez parte, a partir do recorte pela faixa etária (Adulto, Idoso ou Jovem). A primeira letra, define o gênero (M=Mulher, H=Homem), e a terceira define o Estado Civil (S=Solteiro, C=Casado, D=Divorciado ou Separado; V=Viúvo).

indivíduo, duas questões são formuladas sob o signo da cidadania: é possível “sair”? E a que custo? Quando não é possível ou interessante sair, não há o que fazer a não ser manter a lealdade ao modelo vigente, reconhecendo a ausência de opção, como nestes depoimentos:

Perigo, risco tem, mas se a gente parar pra pensar em tudo o que faz mal, nós não vamos nos alimentar (Idosa, M, S).

Até a água, hoje. Eu já vi uma reportagem falando que eles estão colocando muito cloro, muito flúor e que causa retardamento nas pessoas. Enfim, então até a água, se a pessoa for parar pra pensar e não tiver o aparelho [ozonizador] (Adulta, M, C).

4.2. Desconfiança: o julgamento das relações que envolvem a alimentação

A desconfiança é a representação social do risco centrada nas descrições de emoções e sentimentos que revelam inseguranças e incertezas, resultando em ressignificações das relações e dos julgamentos dos fenômenos que envolvem o risco alimentar e que incorrem em novas práticas sociais.

Para esta análise, partimos do trabalho de Kjærnes et al. (2007) e seus estudos sobre confiança na alimentação. Além de propriedade inerente às relações, a confiança é polissêmica⁸ e uma espécie de cognição. Quando “nascemos para a sociedade ou para a cultura, nascemos também para o senso comum” (MARKOVA, 2005), o que nos leva a confiar em algumas coisas e a recear outras, em função de noções compartilhadas por meio das práticas diárias e da comunicação humana. Sendo um conceito social e relacional, a confiança não deve ser analisada isoladamente, pois ela só existe quando em uma teia de relações com o outro. Além disso, confiança só existe porque existe um avesso premente na forma da suspeita, da ausência de fé, ou

⁸ Os significados da confiança são inúmeros e acionam diversos conceitos, como crença, capital social, segurança, reciprocidade e redes de solidariedade, entre outros.

simplesmente da desconfiança, como, por exemplo, na interação apresentada abaixo:

Só compro carne embalada e da marca “X” (Adulta, M, C).

Mas essa [marca “X”] é horrível! (Adulta, M, S).

Os sentimentos que envolvem a desconfiança podem ser interpretados à luz dos estudos sobre confiança, uma categoria-chave em estudos sociológicos e, especificamente, em estudos sobre riscos alimentares. A confiança é, portanto, propriedade das relações sociais que se travam em torno da alimentação; é uma expectativa de natureza pragmática, pois cria uma esfera na qual se espera que os atores se comportem de determinada maneira, assegurando a tranquilidade generalizada. Dessa expectativa resulta a carga de confiança que define em que atores podemos ou não confiar. A confiança é, portanto, o fiel da balança que conduz o relacionamento entre atores (KJÆRNES ET AL., 2007).

Os sentimentos que envolvem a confiança/desconfiança foram observados em várias narrativas nas sessões de Grupo Focal, nem sempre de forma consciente por parte dos informantes:

Esse negócio de [prazo de] validade é muito vago (...). Eles mudam a data, principalmente do que é embalado no próprio mercado (Adulta, M, S).

Kjærnes et al.(2007) defendem que os estudos sobre confiança alimentar devem eleger como objeto de pesquisa a relação entre os atores que participam da cadeia agroalimentar, a partir da percepção dos consumidores. Não que isso deva ocorrer na condição de indivíduos e suas escolhas individualizadas, mas por serem consumidores dotados de cidadania. O consumidor cidadão, para os autores, é fruto de processos de institucionalização que levam a um conjunto de práticas diárias e a diferentes papéis sociais, que

variam segundo cada família e suas divisões de trabalho por gênero (KJÆRNES ET AL., 2007). Logo, o alicerce da confiança alimentar é institucional e demanda a análise da relação entre os atores em cada país. As múltiplas relações entre os três principais atores (mercado, Estado e consumidores), aqui denominados de *triangular affairs*, devem, portanto, estar no centro de qualquer análise sobre confiança alimentar, ainda que este modelo tenha limites e que não seja capaz de explicar todo e qualquer processo de confiança nos alimentos, pois este também tem vínculos com a mídia, a ciência, a tecnologia, o comércio internacional e a concorrência (KJÆRNES ET AL., 2007). O estudo de crises alimentares que resultam em crises de confiança não prescinde da análise dessa tríade de instituições, com trajetórias distintas, mas entrelaçadas. Temos, portanto, que a confiança, além de relacional, perpassa três sistemas (provisão, regulação e consumo), relacionados aos três principais atores (mercado, Estado e consumidores), unidos em um só complexo que trata da alimentação (KJÆRNES ET AL., 2007).

Foi assim que observamos que os riscos alimentares são, muitas vezes, classificados pelos consumidores a partir da sensação permanente de desconfiança. Trata-se de uma disposição a “não confiar nos outros”. Ouvimos narrativas sobre como os informantes, por vezes, se sentem agastados e, em alguns momentos, sem esperança. Nestas circunstâncias, os informantes demonstravam dúvidas e hesitações, não sabiam se confirmavam ou se negavam um julgamento ou a realidade de um fato. Eram declarações carregadas de ceticismo e falta de crença. Mas também observamos a sensação de insegurança que advém da constatação de periculosidade e que dá uma sensação de desproteção abandono nos indivíduos.

Apesar das múltiplas narrativas relacionadas à insegurança, não foi possível estabelecer uma relação direta entre “confiar” e “se sentir seguro”. Salientamos, ainda, que não é possível dizer que o ato de comprar possa se traduzir em uma espécie de “voto de confiança” no produto, na marca ou no local de aquisição, como se os indivíduos comprassem e comessem somente o que confiam. O que a pesquisa evidencia, portanto, é que comprar e consumir não são os melhores indicadores de confiança, pois os informantes desta

pesquisa alegaram que comer, seja em casa ou na rua, é um pouco como “jogar com a sorte”:

Eu não como salada na rua, de jeito nenhum (Adulta, M, S).

Em casa eu lavo tudo com água sanitária (...). Até a caixa de leite (Adulta, M, C).

No campo alimentar, a confiança é uma questão de contexto e de qualidade social das relações. Logo, confiança e desconfiança não emergem substancializadas no indivíduo. Não se trata de um problema que esteja em um ator ou outro, mas sim nas experimentações cotidianas de compra e consumo.

Finalmente, inferimos que um estado de desconfiança constante e elevado pode resultar em outra representação social, a do medo, cujo acirramento pode destituir “os humanos de sua dignidade e seu pensamento racional, degradando-os a uma animalidade amedrontada e instintiva” (MARKOVA, 2005, pág. 57).

Medo: processos sociocognitivos que limitam o comer

A propagação dos sentimentos de incerteza e desconfiança podem provocar instabilidades sociais que, ao se acirrem, provocam medo. A “socialização do medo”, segundo Markova (2005) está relacionada a sentimentos, processos sociocognitivos e ações. Trata-se de um sentimento que pode levar a vários fenômenos indesejáveis, como crise de identidade ou perda de dignidade, encurtando o espaço para a ação e resultando em passividade ou resignação. Se, no caso da apatia, discutida no item sobre cidadania, vemos um sujeito pleno de suas faculdades emocionais que, por meio de cálculos, prefere não agir, no caso do medo a inação parece gerada por um sujeito emocionalmente podado. A resignação que advém do medo sugere um indivíduo destituído psicologicamente de elementos necessários para a constituição da agência, mudando suas relações com o mercado e o poder público.

Esta representação social diz respeito aos sentimentos que provocam grande inquietação, preocupação e temor. São sensações associadas à ansiedade e que advém de preocupações em torno da percepção de ameaças que colocam o indivíduo em alerta para o perigo eminente. A apreensão tem a ver com objeções a um mal que pode acometer o sujeito e, quando se torna patológico, pode transformar-se em fobia ou em sensação de pânico, que consideramos como o clímax do medo.

A alimentação vincula a saúde à doença, opostos que se unem quando a comida que alimenta e dá energia é a mesma que intoxica e adoce o corpo, como ocorre nos casos de intoxicações químicas ou toxinfecções alimentares, como a listeriose, o botulismo ou a salmonella, para citar alguns exemplos. A natureza ambivalente da alimentação, capaz de produzir estes receios, é ainda mais complexa graças à natureza temporal dos seus efeitos, que podem ser percebidos no médio ou no longo prazo, e nem sempre são imediatos, como no abuso ou na escassez de certos nutrientes:

Se ficarem me dizendo “tu vai morrer, tu vai morrer”, aí eu vou comer. Fora disso eu não como, eu não gosto, eu como arroz e feijão puro. Minha mãe faz feijão, boto no copo e como na hora. Mas legume não gosto (Jovem, M, S).

A história da alimentação humana é permeada de intoxicações, individuais ou coletivas, voluntárias ou involuntárias. Isso levou diversas culturas a elaborar conhecimentos muito particularizados sobre como não se envenenar. Muitas vezes essas descobertas são verdadeiros mistérios na história da alimentação e da cultura⁹. São conhecimentos empíricos ligados aos processos produtivos, mas também ao preparo e ao consumo dos alimentos, que passam de geração para geração, estabelecendo técnicas e métodos que estão nas origens do próprio pensamento científico (POULAIN, 2004).

⁹ Poulain (2004) pergunta-se, por exemplo, de que forma, em algum ponto de nosso passado, o homem descobriu que a mandioca deveria ser ralada e umedecida para extrair a manibotoxina que ela tem em estado natural.

A antinomia saúde/doença foi incorporada pelo discurso médico moderno que mostra que certas patologias, como as doenças coronarianas, por exemplo, têm relações diretas com as escolhas alimentares, abrindo espaço para a medicalização da alimentação e para a ampla disseminação de narrativas nutricionais científicas (BARBOSA, 2007). Essa condição, contudo, é problemática, pois não há unanimidade entre as correntes científicas que, por vezes, se mostram divergentes ou ligadas a certos modismos, causando confusão e deixando o comedor ainda mais ansioso:

A gente sempre pensa assim “carne de porco, será que...?”. (...) Mas eu como linguça, adoro (Idosa, M, S).

Mas o *diet* tem aspartame, eu não deixo minha filha comer produtos que tenham, porque dizem que a criança não pode comer produtos *diet*, refrigerante principalmente, pode inclusive ficar doente (Adulta, M, C).

Como fruto direto das representações sociais, observamos nos grupos focais outro tipo de medo. As crises ou pânico alimentares produzem, por meio da mídia, das plataformas de redes sociais ou do “boca-a-boca”, uma miríade de informações que atuam no senso comum, provocando medo generalizado. Em nossas análises, temos dois tipos de informações que provocam medo: aquelas baseadas em fatos comprovados (como a crise do suco de maçã da marca *AdeS*) e aquelas baseadas em rumores nem sempre comprovados (como um caso de falsa contaminação da Doença da Vaca Louca no Rio de Janeiro, no ano de 2013).

O medo também pode ser iniciado e incitado por boatos e rumores. Trindade (2005) mostra que as fofocas tem sido objeto de estudos internacionais desde 1947¹⁰ graças ao seu poder de comunicação e socialização do conheci-

¹⁰ Trindade (2005) cita como marco o livro “*The Psychology of Rumour*”, de Allport & Postman, publicado em 1947.

mento e, principalmente, pela natureza enigmática em que se baseia a maior parte das interações sociais. No entanto, se os conteúdos das fofocas são efêmeros, o fenômeno dos rumores faz parte da evolução humana, podendo ser definido como uma construção coletiva inscrita na história das relações intra e intergrupais. Para Rial (1996), a comida e os rumores tem andado juntos, em histórias icônicas como a barata ou o fio de cabelo na comida do restaurante. O rumor é definido pela autora como uma notícia transmitida normalmente por via oral e sem que se saiba quem foi o agente zero (ou primeiro transmissor). Os rumores andam em paralelo às notícias legítimas oriundas de fontes identificáveis, com alto poder de viralização e carga emocional. Considera-se que os rumores sejam uma narrativa anônima e plural, com distintos níveis de medos e expectativas, como nesse trecho da discussão de uma das sessões de grupos focais sobre a possibilidade real de terem encontrado um rato em uma garrafa de *Coca-Cola*, que explicita as elaborações sobre rumores e receios:

Pode ser verdade (Adulta, M, C).

Eu acho que é mentira. (Adulta, M, S).

Eu acho que é mentira, como vai passar a cabeça de um rato ali, gente? (Adulta, M, S).

Ah, eu acho que é verdade, não duvido, não, que essas coisas aconteçam. (Adulta, M, S).

Eu acho que é verdade, porque eu vi. (Adulta, M, C).

Você viu? Conte para o grupo. (Moderadora).

Eu não achei, eu vi, eu vi passando. (Adulta, M, C)

Mas de que jornal? Tem que saber o jornal, a fonte. (Adulta, M, S)

Eu vi no computador. (Adulta, M, C).

Ah! Email! Da internet? É mentira! (Adulta, M, S).

Como é possível observar no diálogo acima, as percepções de risco alimentar também envolvem a qualidade da comunicação, a natureza da fonte de informação e o meio de comunicação escolhido, entre outros fatores que diluem o impacto da notícia, resultando em dúvidas e desconfiança.

Impureza: as classificações culturais dos perigos alimentares

Vêm dos estudos culturais as interpretações que mostram que os homens não se alimentam apenas daquilo que é acessível e categorizado, biologicamente, como nutritivo para a saúde humana. O comer não segue exclusivamente os preceitos biológicos, pois é a cultura que seleciona e organiza, em sistemas classificatórios, o que é bom ou ruim para comer (MURCOTT, 1983; POULAIN, 2004; PONS, 2005; POLLAN, 2009; DOUGLAS, 2010).

O risco alimentar é singular, não só por ser imanente ao consumo, como por ser um contíguo da construção identitária (FISCHLER, 1998; POULAIN, 2004). Por meio do risco, podemos nos aproximar das elaborações que edificam as percepções dos comedores, além de observar os tipos de racionalidade e os processos relacionados às situações de risco alimentar. A antropologia, de maneira mais específica, lança mão do conceito de “pensamento mágico” para explicar os significados simbólicos presentes nos alimentos, suas embalagens, seu modo de preparo e as pessoas que os prepara. Dessa forma, objetos, contextos e pessoas teriam a capacidade de fazer uma espécie de contaminação simbólica nos alimentos (POULAIN, 2004).

E as verduras em bandejas? (Moderadora)

Eu não compro não. (Adulta, M, C)

Olha, eu gosto de comprar aquilo. Mas eu lavo, eu jogo água quente, jogo vinagre, eu lavo antes... (Adulta, M, C)

Essa condição, quando levada para o mundo contemporâneo que amplia a distância e o percurso entre a produção do alimento e o consumidor final, interfere na pureza e na própria identidade do alimento, que precisa de formas de controle, antes que “entre” no corpo humano. O alimento sustenta o corpo, mas também reconstrói, física e simbolicamente, a presença humana no mundo e sua relação com o planeta. Poder controlar o que se come equivale a controlar a própria vida. As incertezas e inseguranças em relação ao alimento podem se transformar em situações críticas e de pânico, quando se exacerbam e traduzem o universo de incertezas que o

comedor enfrenta em sua vida ao tentar evitar a contaminação (POULAIN, 2004):

O [Supermercado x] é bem sujo, né? (Adulta, M, C)

É, um mercado é mais sujo do que o outro. Não tem um que seja mais limpo... (Jovem, H, S).

O binômio pureza/impureza é uma das principais estruturações de natureza simbólica para as experiências e crenças relacionadas ao comer. A vida interior é exteriorizada a partir dos constrangimentos que regulam o que é proibido ou poluído (impuro), uma forma de modelar a experiência de vida social (DOUGLAS, 2010; BARBOSA, 2004b; SAHLINS, 2003; POULAIN, 2004). A impureza está implícita em quatro diferentes sentimentos que emergiram da pesquisa: culpa, nojo, gula e preguiça.

Tais sentimentos estão associados aos riscos alimentares, sem que seja possível perceber com clareza onde termina um e começa o outro. Há muito de moralidade nesses sentimentos, além do conflito entre prazer e desprazer, que coloca a alimentação na esfera sensorial da plenitude e sensualidade, mas, também, das coisas repugnantes e desagradáveis. Assim, a própria ansiedade advém de algo hedônico e sensorial e essa ambivalência pode ser mitigada pela cultura culinária que define as regras da preparação, cocção, tempero e consumo, tanto dos alimentos conhecidos quanto dos novos.

A alimentação, quando tece seus riscos, confronta a culpa pela morte de animais transformados em comida. Comer é uma necessidade inconteste e indispensável que, nas dietas carnívoras, implica na morte de outros seres vivos comestíveis, incluindo as plantas (POULAIN, 2004). Algumas ideologias alimentares proíbem o consumo de certos animais e outras defendem a dieta vegetariana ou vegana¹¹, enquanto outras aceitam o consumo

¹¹ Na maior parte desses casos, trata-se de dietas de natureza moral, não só pelo fato de tirar a vida de outros seres vivos, mas também pela possibilidade de que o sistema de criação cause dor e sofrimento aos animais que, munidos de sistema nervoso central, são capazes de sentir dor e de manifestá-la (POULAIN, 2004). Assim, as formas de criação e abate colocam em cheque a moralidade da dieta

de alimentos de origem animal, desde que o abate seja cercado de cuidados e ritos criados para legitimá-lo e purificá-lo, como é o caso da comida *kosher* judaica¹².

Além da culpa, aspectos culturais como o nojo ditam se os animais são bons ou não para comer, e o aspecto nutricional, muitas vezes, tem pouca ou nenhuma relevância nesta definição. Um exemplo reside na carne de porco, que apareceu repetidamente nas interações dos participantes dos Grupos Focais como uma “carne perigosa”:

Eu tenho muito medo de comer carne de porco. Não sei, porque falam do verme... (Idosa, M, C).

O mercado recebe *inputs* dos consumidores e, de alguma forma, se movimenta para ofertar produtos alimentares que respeitem e atendam os sistemas classificatórios que regem o consumo de carne. Tivemos informantes que declararam não comer carne vermelha ou não comer carne de espécie alguma, ou ainda que estão iniciando o lento processo de abandono da carne:

O que eu mais gosto são frutos do mar, qualquer um. E o que eu não gosto é frango, aliás, tem uns anos que eu não como. E a carne ver-

carnívora, demandando regulação ética que, contudo, se mostra polêmica pela multiplicidade de racionalidades em jogo.

¹² O termo *kosher*, ou *kasher*, denomina os alimentos e as formas de preparo em acordo com as leis judaicas de alimentação (*kashrut*). Assim, entre as carnes de animais terrestres, poderão ser *kosher* apenas as de ruminantes com casco totalmente fendido, como o boi e o carneiro. O porco, embora tenha o casco fendido, não é ruminante e, portanto, não é *kosher*. Entre as aves, podem ser *kosher* as do tipo doméstico, como galinha, peru, ganso e pato, mas nunca as selvagens e de rapina. Além disso, tais animais só se tornam *kosher* se não tiverem doenças e imperfeições internas, e se forem abatidos sem sofrimento. As carnes também passam por um processo em que são salgadas e ficam de “molho” até que todo o seu sangue seja removido. A proibição de comer sangue estende-se também aos ovos, que devem ser cuidadosamente verificados antes do consumo, para verificar a ausência de manchas de sangue na clara ou gema. As restrições *kosher* também envolvem os peixes (que devem possuir barbatanas e escamas), o leite (que deve ter a procedência verificada), combinação de alimentos (carnes não podem ser consumidas com ovos, leite e seus derivados), e modo de preparo (não se pode utilizar nenhum utensílio em leites, iogurtes ou queijos, por exemplo, que tenha sido anteriormente usado para manipular carnes, e vice-versa).

melha eu também tô cortando aos poucos, mas ainda não consegui totalmente (Jovem, M, S).

A culpa na alimentação apareceu também em declarações relacionadas aos ingredientes que “fazem mal” e ao desperdício de alimentos:

Acho que outro risco pra alimentação são esses *fastfoods*, né? Mas ninguém consegue parar de comer, pelo menos eu. E eu sei... tem muita gordura, sabe? Eu tenho medo de diabetes de tanto comer açúcar, sabe? (Jovem, M, S).

Primeiro que a comida não tá barata, eu não quero desperdiçar, eu odeio estragar comida. (Adulta, M, C)

O gosto familiar, por outro lado, tranquiliza o comedor que, por vezes, insere o novo alimento em um antigo sistema de temperos e preparos, como forma de ancorá-lo no seu esquema normativo conhecido (POULAIN, 2004), embora com ressalvas:

Hoje em dia tem até o bolo de caneca¹³ no microondas! (Idosa, M, C).

É praticidade agora, né? (Idoso, H, C).

Bolo de caneca, um minuto tá pronto? Tem muita química! (Idoso, H, C)

As sensações de gula e preguiça estão unidas ao risco alimentar por macularem o indivíduo. Na tradição católica, gula e preguiça estão entre os sete pecados capitais, contrários às leis divinas e compreendidos como vícios da alma. A gula foi percebida em declarações sobre comer e beber por prazer

¹³ Em 2013, percebemos que, graças talvez à moda dos *cupcakes*, ocorreu uma intensa postagem de receitas na internet com receitas caseiras de “bolo de caneca”, feito no microondas. Em uma rápida resposta, algumas indústrias alimentares lançaram sachês em que o consumidor coloca em uma caneca o pó da mistura e acrescenta algumas colheres de leite, levando-a ao microondas e preparando mini-bolos em poucos minutos.

e em excesso e pela fraqueza de não resistir à sedução do que é gostoso:

Risco, pra mim, na alimentação é o excesso. Não pode se exceder em nada. Não chegar e todo dia comer uma feijoada completa (Idoso, H, S).

Até fruta, se comer demais... (Idosa, M, S).

Tem que ser tudo equilibrado, pouca quantidade de carne (Idoso, H, S).

A preguiça apareceu sempre furtivamente, nas declarações de prostração e desânimo, certo esmorecimento mediante o trabalho de cozinhar diariamente. A preguiça foi citada como aversão ao trabalho e desejo por um pouco de ócio nas rotinas cotidianas.

Eu gosto de cozinhar, mas agora eu tô com muita preguiça. Ultimamente, ou é ir para o bandejão ou é um restaurante assim na rua (Jovem, M, S).

Mesmo com preguiça de fazer em casa, é melhor fazer em casa, não tenha dúvida (Adulta, M, C).

Eu acho que, aí, é preguiça de fazer algum temperinho pro miojo, porque o lance do macarrão, do miojo, é que é aquela porção que te satisfaz, pra fazer com qualquer coisa, até queijo! Você põe na frigideira, com... fica assim um prato! Eu nunca usei o conservante do miojo (Adulta, M, S).

Elaborações finais

“Cautela e caldo de galinha nunca fizeram mal a ninguém”.

Os riscos alimentares são um problema enfrentado cotidianamente pelas famílias representadas nesse estudo e que, por vezes, emergem de maneira subreptícia. Trata-se de um fato social que fomenta a produção de dados

estatísticos institucionais e de políticas públicas, determinando investimentos financiados pelo Estado e pelo mercado, e que é aceito como um objeto permanente de interesse da ciência, onde se destacam, de forma oposta, a agroecologia e a biotecnologia.

O risco alimentar existirá mesmo que se construa uma engrenagem social e um sistema alimentar eficientes, pois risco é ameaça, um possível vir a ser, e a cada momento surgem novas descobertas científicas sobre o risco de alimentos conhecidos.

A percepção de novos riscos alimentares só é possível quando o risco se torna propriedade do senso comum, ou seja, quando “transborda” do universo científico para o universo coletivo. As representações sociais dos riscos emergem fragmentadas em quatro distintos sentimentos a partir das transversalidades que marcam a vida familiar, de acordo com o ciclo de vida de seus ocupantes. Os indivíduos transitam por espaços físicos (a casa e a rua), por grupos e ocupações. Nestes trânsitos, eles comem o que gostam, o que podem, o que é permitido. Cada família formula suas noções do que é aceitável e permitido, e determina os limites do que é negociável em termos de alimentação. Esse é um ponto fundamental na identificação e compreensão das representações sociais dos riscos alimentares, já que nem todo risco alimentar é inegociável, pois “vista grossa” e concessões são feitas o tempo todo pelas famílias. Essas escalas de permissão criadas pelos consumidores dificultam uma modelagem e conceituação rígida para o risco alimentar. As concessões nas representações sociais dos riscos alimentares indicam que, salvo poucas exceções, o risco alimentar é uma ameaça perene, mutante e condicional.

A investigação dos riscos alimentares mostra que sistema produtivo e sistema de consumo são uma coisa só, amalgamados pela vida social e intensamente impactados pelas descobertas científicas no campo da alimentação. Esse sistema alimentar abstrato, distante e com pontos cegos repletos de riscos é visto, vivenciado, percebido, sentido e assimilado de muitas formas pelos consumidores. Os resultados da pesquisa nos levou a conceituar o risco alimentar como um perigo, percebido ou não, fatal ou

não, visível ou não, decorrente de ineficiência do sistema produtivo ou das práticas de consumo.

O que é percebido como perigoso, seguro ou inseguro na alimentação depende de que ator social responde, a partir de ideologias particularizadas e do lugar que ocupa no momento da resposta. Não falamos do lugar “espaço físico”, mas do espaço social que se entrelaça com as condições de vida e o estágio da biografia. Uma mãe que trabalha fora e tem filhos em idade escolar faz diferentes elaborações quando comparadas com um jovem que mora sozinho. Mas, independente do lugar social e das condições de vida, as representações sociais do risco alimentar estão presentes nos seus discursos, assim como na voz científica que dita uma nova “verdade”, ou nas vozes que a reiteram nas políticas públicas, nas organizações da cadeia agroalimentar, na mídia e, também, nas práticas do consumidor final. São muitas as vozes que criam, reproduzem, transformam, modificam e levam o risco de um canto a outro, sem reduzi-lo efetivamente. E assim, as famílias constroem em casa suas próprias regras e seu próprio conjunto de normas, apropriando-se das diversas narrativas para criarem seus mecanismos de proteção contra os riscos alimentares.

Os consumidores puros e citadinos se mostram constrangidos pelo modo de vida urbano e, também, pelas mudanças impostas pelo ciclo de vida, provocando ondas de renovação de costumes, como a adoção de alimentos orgânicos e a produção de pequenas hortas em casa, entre outros exemplos, com forma de tentar tornar a alimentação mais saudável e segura.

Como discutido, as representações sociais do risco alimentar estão objetivadas nos sentimentos de cidadania, desconfiança, medo e impureza. Em nossas análises, tais representações sociais conseguem explicar os comportamentos que se sucedem a uma situação de crise ou de pânico alimentar de qualquer espectro. A cidadania arquiteta um *ethos* democrático e igualitário, em que todos têm direito a uma alimentação segura e de qualidade, e um *ethos* de respeito, em que não pode haver tolerância com a má fé de fraudes ou ganância dos atores do mercado. A cidadania põe em evidência o valor da vida humana acima de qualquer outro princípio. Comer com qualidade é um

direito político, e o Estado tem a obrigação de assegurar esse direito, garantindo a saúde e vida em sociedade. Essa é a representação social que estimula a participação política dos indivíduos, legitimando a dimensão política do consumo.

Quando o sistema alimentar, que se insere na ambiência e atuação do Estado, dá sinais de exaustão, expondo suas fragilidades, passa a ser desmerecido e cai em descrédito, acentuando a sensação de baixo controle sobre os fatos.

Os resultados mostram que este sentimento tem se mostrado bastante acentuado, o que parece ser um sinal de descrédito quanto às orientações normativas, compulsórias ou morais, e de desesperança, seja com as experiências negativas de consumo, seja com a capacidade de regulação e controle por parte do Estado. Nesse sentido, concordamos com a definição de confiança proposta por Kjærnes et al. (2007), pois nossos dados mostram a confiança como propriedade de relações e como parte dos processos que envolvem a alimentação.

Os sentimentos de medo vão de um simples temor até fobias mais extremas, na condição de patologias psíquicas que envolvem o comer, como nos casos em que foi possível observar sucessivos escândalos de envenenamento alimentar.

Por fim, as três representações sociais aqui discutidas (cidadania, desconfiança, medo) parecem assimiladas e absorvidas pela cultura, resultando em uma quarta representação, a impureza, sistema classificatório que insere significados simbólicos ao que é permitido ou não comer. Assim, vemos os constrangimentos à comida impura criados para regular os comportamentos e “salvar” o homem da contaminação proveniente de um alimento poluído.

As representações sociais do risco alimentar estão, dessa forma, articulando e sendo articuladas pelo aumento da expectativa de praticidade e pelo ritmo de vida urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALLAIN, J.; GUIVANT, J. O estudo da confiança na alimentação: análise do campo de pesquisa. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 69, pág. 79, 2010.
2. AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
3. BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Revista Horizonte antropológico*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2007.
4. _____. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M. L. e PACHECO, J. K. (Orgs.). *Juventude, Consumo & Educação*. Porto Alegre: ESPM, 2009.
5. BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; DUBEUX, V. ; WILKINSON, J. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. *Journal of Cleaner Production*. 2013. Available at: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.08.044>
6. BECK, Ü. *Sociedade do Risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
7. BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
8. _____. La maison ou le monde renversé. In.: *Esquisse d'une théorie de la pratique précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Seuil: Points Essais, 2000.
9. _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk, 2008.
10. CANCLINI, N.G. *Consumidores e cidadãos - conflitos multi-culturais da globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
11. CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: _____. (Orgs.) *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 pág. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85-7541-055-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
12. CASTEL, Robert. *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 95 pág. ISBN 85.326.3109-6.
13. DAMATTA, R. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade, pág. 115-136, 1987a.
14. _____. "Sobre o simbolismo da comida no Brasil". *O Correio da Unesco*. Rio de Janeiro, 15(7), 1987b.
15. _____. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In.: *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

16. DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. 2ª Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2010.
17. DOUGLAS, M; WILDAVSKY, A. *Risco e cultura*. Berkeley. University of California Press. v 272, pág. 10-15, 1982.
18. DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações* (2ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
19. FARR, R.M. “Representações sociais: a teoria e sua história”. IN: GUARESCHI, PÁG. JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. 2a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
20. FISCHLER, C. *Gastro-nomie et gastro-anomie*. In: *Communications*, 31. *La nourriture. Pour une anthropologie bioculturelle de l'alimentation*. 1979, pág. 189-210.
21. _____. *L(H)omnivore*. Paris: Odile Jacob, 1990.
22. FISCHLER, C.; MASSON, E; *Comer: a alimentação de franceses, outros europeus e americanos*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.
23. GATTI, B.A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
24. GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
25. GUARESCHI, PÁG. JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. 2a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
26. GUIVANT, J. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Anpocs, n. 46, 1998.
27. GUIVANT J., SPAARGAREN G., RIAL C. *Novas práticas alimentares no mercado global* (Org.) – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 334pág.
28. HALBWACHS, M. *La mémoire collective*. Paris: Éditions Albin Michel, 1997.
29. HIRSCHMAN, Albert O. *Saída, voz e lealdade. Respostas para o declínio em empresas, organizações e o Estado*. 1973.
30. _____. *De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública*. Brasiliense, 1983.
31. HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
32. JACKSON, P; EVERTS, J. Anxiety as social practice. *Environment and Planning A*, 42 (11), 2791-2806. 2010.
33. KJÆRNES, U.; HARVEY, M.; WARDE, A. *Trust in Food: a comparative and institutional analysis*. Macmillan/Palgrave, 2007.
34. LEÃO, M.M.; MALUF, R.S. *A construção social de um sistema público de segu-*

- rança alimentar e nutricional: a experiência brasileira* – Brasília: ABRANDH, 2012.
35. LERVOLINO, S.A.; P.M.C. FOCESI. A utilização do Grupo focal qualitativa como metodologia na promoção da saúde. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v 35, n. 2, Junho de 2001. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342001000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de abril de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342001000200004>
 36. MALUF, Renato. O novo contexto internacional da segurança alimentar. In: Belik, W.; Maluf, R. (orgs.). *Abastecimento e Segurança Alimentar – os limites da liberalização*. Campinas, IE/UNICAMP, REDCAPA-CPDA, 2000, ppág. 37-63.
 37. MARKOVA, I. A socialização da confiança e da desconfiança. IN: DE OLIVEIRA, D.C.; CAMPOS, P.H.F. *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*. Museu da República Editora, 2005.
 38. MENASCHE, R. Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não? *Campos* 5(1):111-129, 2004.
 39. MOSCOVICI, S. IN: GUARESCHI, PÁG. JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. 2a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
 40. _____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 9. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.
 41. MURCOTT, A. (Ed.) *The Sociology of Food and Eating*. Aldershot: Gower, 1983.
 42. MURCOTT, A; *A burgeoning field: Introduction to The Handbook of Food Research*. IN: Murcott, A; Belasco, W; Jackson, P. *The Handbook of Food Research*, Bloomsbury. 2013.
 43. OLIVEIRA, M.S.B.S.de. *Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici*. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2004, vol.19, n.55, ppág. 180-186. ISSN 0102-6909.
 44. POLLAN, M. *O dilema do omnívoro*. Afragide: Publicações Dom Quixote, 2009. 432 pág.
 45. PONS, S.C. Pontos de Partida Teórico-metodológicos para o Estudo Sociocultural da Alimentação em um Contexto de Transformação. IN: Canesqui, A.M.; Garcia, RWD., orgs. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 pág.
 46. PORTILHO, F. Consumidores de alimentos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade socioambiental. *Anais da XXVI Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008.
 47. _____. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, pág. 199-224, 2009a.

48. _____. Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. In: BARBOSA, L.; PORTILHO, F. e VELOSO, L. (Org.). *Consumo, cosmologias e sociabilidades*. Rio de Janeiro/Seropédica: MAUAD/EDUR, pág. 59-84, 2009b.
49. POULAIN, J. *Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
50. POULAIN, J.; PROENÇA, R.C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Revista de Nutrição*. Campinas, 16(4):365-386, out./dez., 2003.
51. RIAL, C. As práticas alimentares e suas interpretações. In: GUIVANT J., SPAARGAREN G., RIAL C. *Novas práticas alimentares no mercado global* (ORG.) – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 334pág.
52. SAHLINS, M.D. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
53. SOUZA, M. A. Representação social da sociedade, anomia e individualismo-coletivismo. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado não publicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro–UFRJ, Instituto de Psicologia. 2003.
54. TRENTMANN, Frank (Ed.). *The making of the consumer: knowledge, power and identity in the modern world*. Berg, 2006.
55. TRINDADE, Z.A. Comunicação e socialização do conhecimento: o boato e a fofoca como objeto de estudo em representações sociais. IN: DE OLIVEIRA, D.C.; CAMPOS, P.H.F. *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*. Museu da República Editora, 2005.
56. TRUNINGER, M. As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: da certificação ao ‘teste da minhoca’, *Ambiente e Sociedade*, Vol.16, n.2, pp. 81-102, 2013.
57. TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.
58. WINICKOFF, D.E.; BUSHEY, D.M. Science and power in global food regulation: the rise of the codex alimentarius. *Science, Technology & Human Values*, v. 35, n. 3, pág. 356-381, 2010.
59. OUTRAS REFERÊNCIAS
60. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. *Novos carnívoros exigem tratamento digno dos animais e abate humanizado*. Giuliana Miranda & Alexandre Dall’Ara. Caderno Equilíbrio e Saúde. 06 de agosto de 2013. Disponível no link: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/08/1322165-novos-carnivoros-exigem-tratamento-digno-dos-animais-e-abate-humanizado.shtml>